

Negacionismo em rede(s): a cadeia de produção e difusão negacionista da Ditadura Militar nas mãos da extrema direita

Denialist Networks: The Chain of Production and Dissemination of Denialism about the Military Dictatorship in the Hands of the Extreme Right

Dora de Sá Gallindo*

Fernando Cauduro Pureza**

RESUMO

O contexto atual é marcado pela operacionalização de conteúdos históricos negacionistas em diversas redes. Neste artigo, resultado de uma pesquisa realizada no Profhistória – UFPB, analisamos a conformação de uma rede negacionista da Ditadura Militar no Brasil, com ênfase nas ações do bolsonarismo na escola e nas mídias digitais. Para isso, utilizamos um relato de experiência docente acerca de uma escola pública da rede municipal de João Pessoa (PB), alvo de manifestações apoloéticas da experiência ditatorial ao longo de 2018. Além disso, recorreremos à análise de conteúdo de memes negacionistas da ditadura fruto de uma mobilização digital protagonizada pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro em suas redes sociais em 2017. Por fim, destacamos como a presença de práticas persecutórias e antidemocráticas nas instituições edu-

ABSTRACT

The current context is marked by the operationalization of historical denialist content on various networks. In this article, the result of research carried out at Profhistória – UFPB, we analyze the formation of a denialist network of the Military Dictatorship in Brazil, with an emphasis on the actions of Bolsonarism at school and in digital media. To do this, we used a report of teaching experience about a public school in the municipal network of João Pessoa (PB) that was the target of apologetic manifestations of the dictatorial experience throughout 2018. Furthermore, we resorted to content analysis of denialist memes of the dictatorship resulting from a digital mobilization led by federal deputy Eduardo Bolsonaro on his social networks in 2017. Finally, we highlight how the presence of persecutory and anti-democratic practices in

* Secretaria de Educação e Cultura de João Pessoa (SEDEC), João Pessoa, Paraíba, Brasil. gallindo.dora@gmail.com <<https://orcid.org/0009-0005-1921-5719>>

** Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. fcpureza@gmail.com <<https://orcid.org/0000-0001-6363-0753>>

cacionais abrem brechas para a sedimentação do negacionismo histórico no âmbito escolar.

Palavras-chave: Ensino de História; Ditadura Militar; Negacionismo.

educational institutions opens up gaps for the sedimentation of denialism in the school environment.

Keywords: History Teaching; Military Dictatorship; Negationism.

IDENTIFICANDO REDES

O cenário atual, caracterizado por uma maior aceitação de projetos políticos autoritários e conservadores na sociedade brasileira, tem propiciado a produção, a difusão e a recepção de abusos negacionistas do passado em diversas redes, não se restringido somente àquelas intrínsecas ao mundo virtual, mas avançando também, de forma preocupante, para as redes de educação escolar. Como parte desse contexto geral, uma escola pública de João Pessoa, capital da Paraíba, tornou-se um terreno fértil para a circulação de ideias apologéticas e negacionistas da Ditadura Militar devido à perigosa convergência entre práticas persecutórias e fundamentalistas políticas e religiosas de figuras de autoridade daquele contexto escolar, que aceitaram, sem nenhum constrangimento, a lógica de raciocínio negacionista difundida, sobretudo, pelo bolsonarismo ao longo da última década no país.

Diante desse contexto, o presente trabalho analisa a conformação de uma rede negacionista da Ditadura Militar no Brasil,¹ com ênfase nas ações protagonizadas pelo bolsonarismo no âmbito escolar e na esfera virtual. Essa trama age como um ecossistema articulado para gerar intencionalmente o engano e a desinformação por meio da operacionalização de conteúdos históricos apologéticos, negacionistas e falsificadores da experiência ditatorial em diferentes temporalidades e espaços de sociabilidade.

Para tanto, de início abordaremos os conceitos e práticas acerca do revisionismo historiográfico, do negacionismo e da falsificação da história a partir da revisão bibliográfica da obra de autores como Demian Melo (2014), Fernando Perlatto e Odilon Caldeira Neto (2022), Luís Edmundo Moraes (2011) e Pierre Vidal-Naquet (1988), além de publicações das historiadoras Caroline Bauer (2022) e Sônia Menezes (2021). Em seguida, delinaremos a historicidade do negacionismo da Ditadura Militar no Brasil desde o período ditatorial até a segunda década dos anos 2000. A segunda seção, por sua vez, aponta como as bases sociais do bolsonarismo e suas lideranças disputaram a representação

negacionista desse passado na escola e nas mídias digitais. Para isso faremos um relato reflexivo de experiências vivenciadas por uma das autoras deste texto em uma escola pública de João Pessoa entre os anos de 2015 e 2019, para, posteriormente, chegarmos à esfera virtual através da análise de conteúdo de memes negacionistas produzidos em decorrência de uma campanha virtual protagonizada pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro em 2017.

No terceiro e último momento, discutiremos o papel do Ensino de História e da escola no enfrentamento ao avanço de horizontes políticos autoritários e violentos, destacando que a omissão das instituições educacionais abrem brechas para o fortalecimento de versões negacionistas e falsificadoras do passado na sociedade brasileira. Nessa direção, reforçamos a necessidade do trabalho educativo sobre a Ditadura Militar como uma importante ferramenta para a construção de cidadanias participativas e para a defesa da democracia.

Por fim, cabe mencionar – para que não se esqueça – que o presente artigo é fruto de uma pesquisa desenvolvida integralmente durante a pandemia da Covid-19, entre 2020 e 2023, enquanto mais de 600 mil pessoas faleceram muito em parte devido à gestão negacionista do ex-presidente Jair Bolsonaro na condução da crise sanitária que se alastrava no país. Nessas condições, a dissertação foi defendida junto ao programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) em uma instituição pública localizada no Nordeste do Brasil, a dizer: a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mesmo diante de uma conjuntura de ataques ao conhecimento científico e à existência das universidades públicas, esta pesquisa voltada para o campo do Ensino de História na educação básica contou com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

ECOSSISTEMA NEGACIONISTA DA DITADURA MILITAR NO BRASIL

Na ecologia, o termo ecossistema se refere a comunidades compostas por seres vivos e abióticos que vivem em um determinado local e interagem entre si e com o meio ambiente. Os seres que compõem tais núcleos exercem diferentes papéis e ocupam níveis distintos de atuação, podendo desempenhar funções interligadas de produtores, consumidores ou decompositores. Assim como um ecossistema, o negacionismo da Ditadura Militar no Brasil foi alimentado por comunidades de círculos militares que apoiaram e propagaram

versões apologéticas e negacionistas desse passado repressivo desde o período ditatorial (BAUER, 2018, p. 197). Entretanto, ao longo dos anos 2000, essas noções extravasaram tais núcleos de memória e alcançaram amplos setores da sociedade brasileira por meio de diferentes linguagens e em diversos espaços de socialização, como a esfera virtual e suas mídias digitais, a institucionalidade governamental e os espaços de educação formal, como as escolas públicas da educação básica.

Com base nesse cenário, tomamos como empréstimo a analogia dos ecossistemas para refletir sobre as dinâmicas do negacionismo da Ditadura Militar no Brasil, que tem sido instrumentalizado por uma rede articulada da extrema direita, sobretudo pelas mãos do bolsonarismo. Essa cadeia também envolve a interação de comunidades compostas por sujeitos que ocupam distintos papéis em níveis hierárquicos de produção e controle da (des)informação. Nessa direção, identificamos uma teia composta por produtores, difusores e receptores – que não são passivos – de narrativas apologéticas, negacionistas e falsificadoras da experiência ditatorial.

Essa perspectiva guiará os apontamentos discutidos ao longo desta seção. Em termos mais amplos, estamos tratando do negacionismo para além do fenômeno específico da transformação do revisionismo do Holocausto, a partir de Rassinier e Faurisson (MELO, 2014, p. 19), em versões cujo propósito era a negação do genocídio nazista. Tal transformação envolveu a subversão de certos pressupostos teórico-metodológicos com a clara finalidade de negar o Holocausto e, com isso, justificar as atrocidades cometidas pelos nazistas. Dentre os métodos utilizados para fundamentar suas análises estavam o uso da “mentira pura e simples”, do falso e de uma documentação inconsistente (VIDAL-NAQUET, 1988, p. 40). Além disso, concebiam que o conjunto de fontes sobre o período, desde documentos até mesmo testemunhos, como simples mentira, ou manipulação (VIDAL-NAQUET, 1988, p. 40).

Diante de tais práticas, o uso do termo negacionismo foi empregado à época tanto para circunscrever a atuação dessa corrente de escritores quanto para diferenciar aquelas interpretações que “não passavam de falsificação e distorção de evidências” (VALIM, AVELAR, BERNAGE, 2021, p. 14) de revisões verídicas do passado. Por isso, refuta-se a vinculação dos negacionistas do Holocausto a uma forma de revisionismo historiográfico, deslocando essa atuação, por consequência, para o campo da falsificação intencionalmente

produzida, visto que foram os propósitos de reabilitação do nazismo que determinaram os procedimentos de análise adotados pelos negacionistas para produzir um resultado que não poderia ser diferente do que fora apresentado, ou seja, a afirmação de que não houve extermínio sistemático (MORAES, 2011, p. 15).

Dessa forma, situado historicamente como um fenômeno político-intelectual que aflorou após a Segunda Guerra Mundial na Europa e nos Estados Unidos (STEIN, 2021, p. 8), o negacionismo do Holocausto se espalhou para outras regiões ao longo dos séculos XX e XXI, constituindo-se como um “empreendimento organizado” e como “campo de atuação política da extrema-direita global”, posto que agregou “um sentido de comunidade” e formulou “meios de representação organizada do negacionismo” (PERLATTO, CALDEIRA NETO, 2022, p. 78-79). Para tanto, foram criados institutos e centros de pesquisa que elaboram e publicam conteúdos negacionistas com o objetivo de disseminar um discurso anticientífico, que seja capaz de impactar “projetos institucionais e educacionais, vinculados a visões de mundo baseadas em perspectivas não raramente antidemocráticas” (PERLATTO, CALDEIRA NETO, 2022, p. 78).

No caso do Brasil, identificamos dois empreendimentos negacionistas fundados em Porto Alegre (RS), mas em distintas temporalidades: a Editora Revisão, criada nos anos 1980 para difundir conteúdos antisemitas e, a mais recente, de 2016, a empresa Brasil Paralelo, especializada na produção de material audiovisual para o *Youtube*. Esta última, ao contrário da primeira, não propaga a negação do Holocausto, o que ocorre é uma maior dedicação na elaboração de ideias negacionistas da Ditadura Militar, a exemplo do documentário *1964: Brasil entre armas e livros*. O que não significa que a temática do nazismo tenha sido deixada de lado pela produtora, já que ideias deturpadas sobre o regime circularam em seu canal ao longo de 2018 e 2019, como a noção do “nazismo de esquerda” em voga no cenário político da época.²

Ao longo da corrida presidencial entre Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSL) em 2018, tal ideia foi usada politicamente pelo bolsonarismo, sobretudo na esfera virtual, para desresponsabilizar a extrema direita pelos crimes cometidos em experiências históricas passadas. Um dos danos causados foi o incremento de episódios de desconfiança contra professoras/es em diversas escolas brasileiras. Em uma delas, na rede municipal de João Pessoa,

às vésperas da eleição, um grupo de estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental II afirmou não acreditar na explicação da professora acerca da caracterização político-ideológica do nazismo como um regime à extrema direita e não à esquerda, pois para os jovens apoiadores de Jair Bolsonaro a docente em questão era identificada como uma “comunista”.³

Nesse sentido, devido aos nocivos impactos gerados, podemos circunscrever o negacionismo como um uso abusivo do passado, visto que se trata de uma prática deliberada de provocar o engano e “usufruir de suas vantagens”. Já os danos causados, por conseguinte, podem ser variados, “principalmente quando o negacionismo se converte em política de estado, conjuntamente aos ataques às ciências humanas e aos professores” (BAUER, 2021, p. 48).

Dessa forma, com base no debate apresentado até aqui, delimitamos o negacionismo nestes termos: (1) como falsificação da história, posto que apresenta um passado que não ocorreu; (2) como rede e empreendimento organizado, uma vez que age de forma articulada e agrega um sentido de comunidade aos seus interlocutores; (3) como uso político e abusivo do passado, pois provoca intencionalmente o engano e usufrui de suas vantagens; e, por fim, (4) como um ecossistema da desinformação que difunde narrativas anticientíficas e, não raramente, antidemocráticas.

A partir desse prisma, analisaremos a historicidade do negacionismo da Ditadura Militar no Brasil desde o próprio regime ditatorial até a segunda década dos anos 2000, apontando os fatores que propiciaram uma maior difusão e aceitação da lógica ditatorial em amplos setores da sociedade brasileira nos últimos anos, sobretudo devido à atuação de grupos conservadores e à extrema direita política, como a respeito das ações empreendidas pelo bolsonarismo.

Com raízes nas ações dos militares em desvincular o regime de suas feições mais autoritárias e violentas, a criação e a difusão de abordagens apoloéticas e negacionistas sobre o período ocorreram durante a própria experiência ditatorial. Por meio de práticas como a censura, que impediam “a divulgação de determinados índices econômicos e denúncias de corrupção”, bem como através de “versões oficiais” com informações falsas sobre crimes cometidos pelas forças estatais, a Ditadura Militar contribuiu para construir representações sobre o período que influenciam diversos setores da sociedade ainda hoje (BAUER, 2018, p. 197).

Já no período da redemocratização, memórias relativizadoras da tortura e do aparelho repressivo estatal circularam abertamente no país em livros como *A verdade sufocada*, de Carlos Alberto Brilhante Ustra. Contudo, à época, parecia haver certo constrangimento em defender tais narrativas publicamente (PERLATTO, CALDEIRA NETO, 2022, p. 80). Além disso, até meados dos anos 1990, as versões negacionistas estavam concentradas em publicações de círculos militares sem preponderância no debate público (BAUER, 2021, p. 44).

Esse quadro mudou drasticamente ao longo dos anos 2000, quando houve uma sensível aceleração da produção e da disseminação, assim como uma maior aceitação de versões negacionistas do período militar na sociedade brasileira. Esse processo ocorre devido a uma série de fatores imbrincados com a crise política vivida no Brasil desde então. Dentre eles destacamos a instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 2011; as Manifestações de Junho em 2013; o golpe contra Dilma Rousseff em 2016 e, por fim, a eleição de Jair Bolsonaro à presidência da República em 2018. Simultaneamente a esses acontecimentos, a internet, com suas mídias digitais, tornou-se um palco privilegiado para a operacionalização de conteúdos negacionistas, potencializando a difusão de tais noções sobre a Ditadura Militar numa velocidade até então desconhecida.

De início, apontaremos como esse cenário de representações sobre o período se alterou com a abertura dos trabalhos da CNV. Nesse período, as políticas de reparação que visavam responsabilizar os militares pelos seus crimes provocaram como reação o recrudescimento de revisionismos e negacionismos que buscavam, justamente, atenuar e negar as violências cometidas pelo Estado ditatorial (PEREIRA, 2015, p. 865). Às críticas e reações hostis, principalmente das Forças Armadas, às iniciativas da CNV, somaram-se o incremento de demandas pelo retorno dos militares durante as manifestações massivas de rua em 2013. No contexto no qual estavam inseridas, tais manifestações expressavam “uma visão idílica da ditadura e dos governos militares, uma representação positivada construída frente à crise econômica, política e social que o Brasil enfrentou a partir daquele momento” (BAUER, 2021, p. 45).

Enquanto cresciam manifestações a favor do retorno dos militares ao poder, mais um golpe à ordem democrática se concretizou com o processo de destituição de Dilma Rousseff em 2016. Nesse sentido, conforme se aprofundava a crise democrática, o certo constrangimento que parecia haver em torno da

exaltação à tortura nas décadas de 1980 e 1990 paulatinamente passou a ser substituído pela legitimação de uma retórica celebratória da violência e da violação de direitos humanos, muito em parte devido à atuação de Jair Bolsonaro.

Ao longo de sua carreira política, Bolsonaro foi responsável por diversas manifestações laudatórias do regime ditatorial e de sua lógica repressiva, a exemplo de homenagens públicas a torturadores, como ocorreu em torno da figura de Brilhante Ustra em 2016. Enquanto deputado federal, o parlamentar dedicou seu voto “sim” à memória de Ustra na sessão na Câmara dos Deputados que autorizou o processo de retirada de Dilma. Nesse episódio, ao invés de se denunciar as violências intrínsecas ao funcionamento do Estado ditatorial, o que houve foi uma exaltação à tortura, transformando, em consequência, a figura de torturadores antes rechaçados em heróis a serem exaltados pelo bolsonarismo.⁴

Posteriormente, como presidente da República entre 2018 e 2022, Bolsonaro institucionalizou a lógica negacionista da Ditadura Militar em seus discursos e em documentos oficiais, como nas publicações da “Ordem do Dia Alusiva ao 31 de março de 1964” e em um telegrama enviado à Organização das Nações Unidas. Nos dois exemplos o ex-presidente reproduziu argumentos falsos elaborados pelas próprias Forças Armadas sobre a intervenção em 1964, justificada pelos militares como uma forma de salvação da democracia brasileira “contra o perigo comunista” no contexto da Guerra Fria (PERLATTO, CALDEIRA NETO, 2022, p. 82). Já no documento enviado à ONU em 2020, o ex-presidente ainda negou o caráter de golpe e não reconheceu o período como uma ditadura, mas como um “governo militar” (MENESES, 2021, p. 62).

Em seu lugar de autoridade enquanto representante político, Bolsonaro usou o passado ditatorial como peça de propaganda para difundir e reafirmar seus valores autoritários, conservadores e antidemocráticos, dando continuidade, portanto, a uma autoimagem que a própria ditadura fazia de si. Por essas razões, não há como dissociar a própria figura do ex-presidente da retórica apologética e do negacionismo da Ditadura Militar (VALIM, AVELAR, BEVERNAGE, 2021, p. 24).

Simultaneamente a tais processos, as possibilidades digitais de produção e circulação de informações potencializaram a disseminação de conteúdos negacionistas em redes sociais, aplicativos de trocas de mensagens e em plataformas de *streamings*, como o *Youtube*. Nessa seara, destaca-se a atuação tan-

to de empresas privadas, como a já mencionada Brasil Paralelo, quanto de lideranças políticas como Eduardo Bolsonaro e diversos outros usuários que aceitaram e difundiram a lógica do raciocínio negacionista na esfera virtual.

Por fim, o ato de tornar explícita essa convergência de atuação entre diferentes grupos, indivíduos e linguagens visa corroborar com a hipótese acerca da articulação de uma rede negacionista da Ditadura Militar no Brasil contemporâneo (MENESES, 2021, p. 77), que foi capaz de se apropriar de elementos antes dispersos na sociedade brasileira para difundir um raciocínio negacionista assentado na defesa de uma verdadeira história a ser revelada sobre o passado ditatorial. Essa lógica ataca os consensos, os debates e a legitimidade da historiografia enquanto representação confiável do passado. Como efeito danoso, as/os historiadoras/es e professoras/es de história que refutam e contestam o raciocínio negacionista são qualificadas/os como mentirosas/os ou como profissionais “doutrinadoras/es”. A rigor, pode-se afirmar que a construção desse “ecossistema negacionista” encontrou terrenos férteis para se promover, não só nas redes sociais, mas também nas escolas.

Em relação a esses graves impactos, abordaremos com mais detalhes na próxima seção como esse contexto geral tem reverberado no sistema educacional brasileiro a partir de um relato reflexivo de experiências vivenciadas por uma das autoras deste artigo. Além disso, acrescentaremos a essa cadeia as ações do deputado federal Eduardo Bolsonaro em 2017, principalmente em torno de uma campanha virtual realizada pelo parlamentar que resultou na produção e na ampla circulação de memes negacionistas do passado ditatorial.

A TEIA DO ABSURDO: USTRA E BOLSONARO NA ESCOLA E NAS MÍDIAS

Em abril de 2016, a manifestação de Bolsonaro na Câmara dos Deputados em homenagem a Brilhante Ustra, ao invés de resultar em condenações cabíveis,⁵ tornou-se um marco da retórica celebratória da experiência ditatorial, pois conferiu visibilidade ao nome do coronel e outorgou legitimidade a narrativas negacionistas sobre o período (BAUER, 2020, p. 175). Após esse episódio, por conseguinte, a expressão “Ustra Vive!” passou a circular de forma mais recorrente na sociedade brasileira, sendo reproduzida em muros nas cidades, em atos pró-Bolsonaro, na esfera virtual e, inclusive, em instituições de educação formal.

Por isso, esta seção principia com a tessitura de uma rede que liga Ustra a Bolsonaro nas escolas e nas mídias digitais. Nosso intento é explicitar o “como” e o “porquê” da mobilização negacionista feita pelo bolsonarismo, tanto pela ação de suas bases sociais quanto de suas lideranças políticas. Isto é, buscamos desvelar os métodos empregados e as intencionalidades presentes nessa disputa pelo passado. Para tanto, iniciaremos com um relato reflexivo de experiência docente acerca de manifestações laudatórias ao coronel Brilhante Ustra realizadas pelo assistente social de uma escola da rede pública de João Pessoa ao longo de 2018. Por fim, concluiremos a construção deste enredo analisando a operacionalização digital de memes apologéticos e negacionistas da experiência ditatorial protagonizada pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro em 2017.

A escola

O relato que aqui se apresenta aborda episódios vivenciados por uma das autoras deste artigo enquanto professora de História em uma escola pública na capital paraibana entre os anos de 2015 e 2019. Por questões éticas, não mencionaremos os nomes da escola tampouco de suas/seus funcionários. Isto posto, antes de refletirmos sobre as práticas celebratórias da tortura realizadas por um de seus educadores, faremos uma caracterização geral da instituição a fim de explicitar a relação entre essa experiência local e o contexto político mais amplo do país.

Situada em um bairro composto predominantemente por extratos sociais de baixa renda, a escola em questão existe na cidade de João Pessoa há mais de vinte anos. Entre 2015 e 2019, que será a periodicidade abarcada por este relato, a instituição funcionava nos três turnos com a oferta de Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, além da Educação de Jovens e Adultos (EJA). No que diz respeito ao quadro de funcionários, além das/os docentes, a escola contava com uma equipe de gestão, formada por uma direção geral e uma vice-direção; com uma equipe de especialistas, composta pelos serviços de psicologia, serviço social, orientação e supervisão escolar; e com funcionários administrativos, guardas noturnos e auxiliares de educação.

Em relação ao perfil ideológico de suas/seus trabalhadoras/es, boa parte expressava e defendia uma moral conservadora, sobretudo aquelas/es que eram

adeptas/os de concepções religiosas neopentecostais. Mesmo sendo uma escola pública, ou seja, de caráter legalmente laico, as concepções cristãs das/dos trabalhadoras/es extrapolavam suas escolhas pessoais e transbordavam para as experiências pedagógicas desenvolvidas no cotidiano escolar, principalmente por meio das ações persecutórias de cunho fundamentalista político e religioso tanto da diretora geral quanto do assistente social da instituição.

Na prática, apesar da gestão se autodenominar democrática, a diretora geral acumulava e centralizava poderes de decisão em todas as instâncias da escola, até mesmo no Conselho Escolar, que era instrumentalizado mais para referendar suas escolhas do que fiscalizá-las ou contestá-las quando assim fosse necessário. Já no cotidiano de trabalho, sua postura era autoritária, impositiva, excessivamente preocupada com a manutenção da ordem e da disciplina das/os estudantes, além de intolerante à pluralidade de concepções pedagógicas.

Devido a tais características, existia uma diferença de tratamento por parte da direção geral entre as/os trabalhadoras/es alinhados a suas perspectivas ideológicas daquelas/es que apresentassem percepções divergentes. Por isso, de um lado, havia a defesa de práticas pedagógicas dogmáticas, centradas em um cristianismo patriarcal, conservador e intolerante que permitia, por exemplo, a realização de atividades sobre a “ideologia de gênero” com pastores evangélicos durante as aulas de Ensino Religioso. Por outro lado, havia perseguição e censura às/aos docentes que abordassem temas sensíveis e socialmente relevantes em suas aulas, tais como gênero e sexualidades, racismo, intolerância contra religiões de matriz africana, violações de direitos humanos, dentre outros. Nesse caso, as/os professoras/es eram identificadas/os como “doutrinadoras/es” e “comunistas”, sobretudo pelo assistente social da escola, que merece mais atenção a partir deste momento do relato.

O educador em questão também apresentava um perfil ideológico conservador e fundamentalista religioso, além de ser publicamente antipetista e anticomunista. No ambiente escolar, ele era um defensor dos pressupostos do Movimento Escola Sem Partido, pautando nas reuniões de planejamento pedagógico, dentre outras abordagens, que questões de gênero e sexualidade eram assuntos a serem tratados apenas no âmbito familiar, mesmo diante das recorrentes denúncias de violência doméstica sofridas pelas/os estudantes da escola. Assim, entre 2015 e 2019, conforme a crise na conjuntura política nacional se aprofundava, também se agravava a atuação desse funcionário na

instituição. A ponto de, particularmente em 2018, se tornar um assistente social que utilizou seu local de poder na escola para propagandar o projeto político bolsonarista, inclusive aceitando e difundindo a retórica apologética da Ditadura Militar.

Como um efeito cascata, as absurdas manifestações públicas de Jair Bolsonaro em defesa de Brilhante Ustra se materializaram nos corredores da escola devido à atuação desse funcionário, que lia o livro *A verdade sufocada* nas dependências da instituição e indicava sua leitura para estudantes em situações concretas de aprendizagem. A atuação abusiva do profissional provocou reações divergentes nas/os alunas/os, indo da indignação ao interesse pela temática. Assim, de jovens em turmas do 9º ano do Ensino Fundamental II surgiram tanto posturas contrárias, demonstrando aversão a tal postura celebratória da tortura e de seus algozes, quanto ímpetos em conhecer “os dois lados” da história por meio das memórias do coronel. Nesse período, em seus *smartphones*, as/os jovens levavam para a sala de aula exemplos de memes que associavam conceitos como ditadura, nazismo e comunismo aos partidos à esquerda e/ou à direita que concorriam à disputa presidencial naquela conjuntura política.

A partir desses episódios, pôde-se constatar como as apropriações do passado realizadas pelo bolsonarismo tanto na esfera virtual quanto nos corredores da escola confundiam as/os estudantes e estimulavam a falta de confiança nas/os docentes, bem como a deslegitimação do conhecimento histórico escolar. Tais concepções, sobretudo as ideias apologéticas da Ditadura Militar difundidas pelo assistente social, circularam impunemente na escola sem nenhum tipo de controle. Nesse sentido, a celebração da memória de Ustra e as consequentes justificativas legitimadoras para a utilização da tortura foram defendidas sem nenhum constrangimento pelo educador, tampouco sem reprovação ou contestação por parte da gestão, que também expressava valores fundamentalistas neopentecostais alinhados ao projeto político bolsonarista. Vale salientar que a negação da Ditadura Militar foi um dos eixos de constituição do bolsonarismo como um fenômeno político de extrema direita, sendo capaz de aglutinar setores sociais diversos, dentre eles as comunidades evangélicas (KLEM, PEREIRA, ARAÚJO apud VALIM, AVELAR, BEVERRNAGE, 2021, p. 42).

Dessa experiência, portanto, destaca-se a perigosa convergência tecida

entre práticas autoritárias e fundamentalistas religiosas e o negacionismo histórico no âmbito escolar. Na prática, sujeitos com concepções dogmáticas radicais aceitaram e difundiram representações anticientíficas e anti-intelectuais que reabilitam e banalizam violências brutais, como a tortura praticada por agentes do Estado na Ditadura Militar. Nesse sentido, a escola em questão se tornou um terreno fértil para a disseminação de narrativas relativizadoras e apologéticas de práticas violentas e autoritárias de outrora. De certa forma, defender tais crimes cometidos no passado é um modo de aceitação e legitimação de que as mesmas violências possam ser cometidas no presente, principalmente em relação ao “outro” e ao que é “divergente”, como ocorria na prática cotidiana de uma escola permeada por assédios, censuras e perseguições às práticas docentes.

Os memes

Em abril de 2022, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), o mais votado da história do país, postou em seu perfil oficial no *Twitter* um comentário ridicularizando as torturas sofridas pela jornalista Miriam Leitão durante a Ditadura Militar. Ao longo da repercussão midiática gerada pelo episódio, as declarações do parlamentar se agravaram, afirmando não reconhecer a veracidade do testemunho da jornalista por não existirem outras evidências que comprovassem a sua tortura.⁶

Assim como seu pai, o deputado possui uma trajetória política marcada por manifestações laudatórias e negacionistas em relação à Ditadura Militar que vão além de discursos na Câmara de Deputados. Na trilha de um movimento que alavancou a internet a uma das principais arenas de comunicação política na contemporaneidade (CESARINO, 2022), Eduardo Bolsonaro soube operacionalizar formas digitais de circulação de conteúdos para propagandar noções distorcidas, idealizadas e falsificadas sobre o período através de comentários e vídeos em suas redes sociais, entrevistas concedidas a canais no *Youtube* e, principalmente, por meio de memes.

Dentre as manifestações, focaremos nossa análise em uma campanha virtual protagonizada pelo parlamentar, cujo efeito resultou na produção e na difusão em larga escala de memes apologéticos e negacionistas da Ditadura Militar. Tais mídias surgiram como uma reação à série *Os dias eram assim*,

produzida pela Rede Globo em abril de 2017, cujo enredo retratou de forma ficcional um romance situado historicamente entre o período ditatorial e a redemocratização.

Dias após seu lançamento, o deputado publicou um vídeo⁷ em seu *Facebook* incentivando as/os seguidoras/es a divulgarem imagens comparando as décadas de 1960 e 1970 com o contexto atual, numa evidente representação positiva do período governado pelos militares em contraposição ao contexto democrático atual, qualificado nas palavras do parlamentar com uma era corrupta, insegura e ineficiente na oferta de serviços públicos.

Posteriormente, o deputado ilustrou sua solicitação através da publicação de um meme na mesma rede social (Figura 1). Como consta na imagem a seguir, foram utilizadas fotografias de forma descontextualizada e imprecisa como “provas” para referendar seu discurso de que havia segurança durante o passado ditatorial em comparação à presença de violência e criminalidade no contexto atual. Nesse exemplo, faz-se necessário evidenciar que mesmo não havendo uma sinalização explícita ao período da ditadura no próprio meme, o seu contexto de publicação e a menção à série permitem estabelecer essa relação.

Figura 1 – Os dias eram assim



Fonte: *Facebook* de Eduardo Bolsonaro (2017).

Como resultado da atuação virtual do deputado, ao longo de 2017 e 2018 diversos memes circularam em redes sociais (*Facebook*, *Twitter*), blogs de jornalistas com perfil anticomunista e em jornais de alcance nacional, como a *Folha de São Paulo* (GALLINDO, 2023, p. 77). No geral, os memes, além de veicularem representações idílicas da Ditadura Militar, difundiram mensagens tanto exaltando a memória de torturadores quanto banalizando a lógica repressiva estatal do período, como demonstraremos adiante por meio da análise de conteúdo de três peças meméticas.

Em comum, foram utilizadas algumas estratégias discursivas para compor as mídias, como o uso impreciso de fotografias e uma linguagem irônica resultando em uma mensagem carregada de humor satírico em relação às violências brutais cometidas pelos militares. O efeito cômico dos memes (Figuras 2 e 3), portanto, é produzido através da contradição entre as práticas de tortura, repressão e censura atribuídas ao Estado ditatorial e a situação em que as pessoas estão retratadas nas fotografias, de forma descontraída em momentos de lazer, sobretudo em relação às figuras publicamente contrárias à Ditadura Militar, como os artistas Caetano Veloso e Regina Casé (Figura 2).

Figura 2 – Ditadura cruel demais

Ditadura cruel demais...



Na foto de 1979 na praia de Ipanema-RJ dá para ver claramente Caetano Veloso e Regina Casé sofrendo torturas inenarráveis!

Figura 3 – Governo Militar

Banda de Ipanema anos 70 Governo Militar - General Geisel



Fonte: *Twitter* (2018).

Além da banalização da tortura, mais uma estratégia sutil de negação utilizada nas mídias é a caracterização do período como um “governo militar” e não como uma ditadura, como aparece no título da Figura 3. A propósito, a negativa em denominar a experiência como ditatorial representa um dos usos políticos do passado feito pelas bases bolsonaristas, que preferem utilizar termos genéricos como “governo”, “intervenção” ou ainda “movimento militar”

(BAUER, 2022, p. 14). Um dos motivos para essa negação ocorre pelas afinidades ideológicas do bolsonarismo com as Forças Armadas, que nunca reconheceram o período pós-1964 como uma ditadura.

Outra apropriação do passado realizada no meme (Figura 3) é a exaltação do torturador Brilhante Ustra por meio dos dizeres homônimos ao seu livro de memórias. Grafada em vermelho, a expressão “a verdade sufocada” aparece de forma pouco visível, mas ainda assim está presente na mídia. Vale ressaltar que o meme foi publicado em 2018, dois anos após Jair Bolsonaro propagar o nome do coronel na Câmara dos Deputados e no mesmo ano em que os relatos sobre Ustra circularam na escola pública em João Pessoa.

Por fim, o último meme agrega todos os abusos da história utilizados nas mídias anteriores numa miscelânea de informações que vão desde a construção idealizada do passado ditatorial como uma era onde havia crescimento econômico, segurança social e ausência de corrupção; passando pela negativa em denominar o período como uma ditadura, mas como um Regime Militar; até a negação satírica das práticas de tortura, perseguição e censura cometidas no período. Como novidade em relação às anteriores, essa peça memética acirra a desconfiança das/os usuárias/os em relação à mídia profissional por meio da frase “Às vezes, a única coisa verdadeira num jornal é a data”, associada na imagem a Luís Fernando Veríssimo.

Figura 4 – Jô Soares e Médici

Os Dias Eram Assim

General Emilio Garrastazu Médici em uma de suas diversas fotos, “torturando” gente da esquerda que alega que foi perseguida no Regime Militar. E o safado do Jô Soares ainda vive dizendo que foi perseguido e censurado.

Época de ouro do Brasil onde não existia propina, desvio de dinheiro público, segurança total, economia crescia 13% ao ano, maior crescimento que a China de hoje.

“Às vezes, a única coisa verdadeira num jornal é a data” -Luís Fernando Veríssimo



Fonte: Twitter (2018).

Difundidos em uma conjuntura política de crescentes manifestações a favor de golpes e intervenções militares, percebe-se que os memes analisados não mobilizam novos argumentos sobre a Ditadura Militar. O que ocorre, na verdade, é a reatualização em novas linguagens de uma autoimagem positiva do período construída pelos próprios militares entre 1964 e 1985, bem como a reprodução de uma lógica falsificada que não reconhece a repressão como uma prática fundamental ao funcionamento do regime. De forma preocupante, tais noções têm circulado socialmente numa velocidade até então desconhecida, visto que os memes carregam o potencial de alcançar rapidamente amplos públicos devido a suas características inatas de replicação e viralização no mundo virtual.

Por fim, é importante destacar que tais noções negacionistas sobre a Ditadura Militar não foram construídas a partir da negação literal da realidade, mas através de outros artifícios discursivos, como a produção de comparações descontextualizadas e generalizações infundadas, além do uso da ironia e da sátira como estratégias para atenuar, banalizar e questionar a ocorrência de práticas repressivas utilizadas pelo aparelho estatal.

Nesse sentido, as versões idealizadas e falsificadas sobre o passado ditatorial presentes nos memes reverberam uma lógica mais ampla do raciocínio negacionista, que também está presente nas manifestações dos Bolsonaro, tanto o pai quanto o filho. Em um primeiro momento, na construção processual desse discurso negacionista, houve uma inversão lógica, ao invés de se denunciar a tortura, exaltaram-se os torturadores, sobretudo a partir de 2016. Em seguida, surgiram com mais ênfase a negação das conquistas da sociedade democrática, e, por fim, no limite, fortaleceram-se questionamentos acerca da ocorrência da tortura (CUNHA, 2022), como aconteceu em 2022 no episódio entre Eduardo Bolsonaro e a jornalista Miriam Leitão.

Nesse raciocínio negacionista, por vezes, não se manifesta a negação direta dos fatos, mas o sentido histórico produzido acerca da Ditadura Militar apresenta um passado que não ocorreu. Além disso, nessas práticas estão implícitos o desprezo pelas evidências largamente documentadas, pelos testemunhos das vítimas e pelos debates e consensos historiográficos sobre o período. Diante desse quadro, concordamos com o argumento de que “é preciso ampliar a ideia de negacionismo para além da negação literal da realidade – algo que não ocorreu” (BAUER, 2021, p. 47). O uso do termo negacionismo,

nesse sentido, estende-se para caracterizar narrativas permeadas por outras características, como elaborações que partem de premissas errôneas assentadas em justificativas que misturam informações verdadeiras de forma descontextualizada ou até mesmo falseando ou manipulando dados e fontes. Além disso, são narrativas que “comparam o incomparável e realizam generalizações grosseiras” (BAUER, 2021, p. 47).

A partir desses mecanismos, grupos conservadores e de extrema direita têm sido responsáveis pela mobilização digital de versões apologéticas que representam idilicamente a Ditadura Militar tanto como um “regime que propalou valores autoritários e conservadores” quanto como uma era “eficiente na resolução de seus ‘problemas’ econômicos e sociais” (BAUER, 2022, p. 115). Ao passo que estimulam e difundem visões deturpadas sobre a atual ordem constitucional, retratada como uma era “inerentemente falha, decaída e subversiva, pois elaborada pelos perdedores de 1964” (AVILA, 2021, p. 171-172). Retratado nesse sentido, portanto, “não haveria constrangimentos em manifestações apologéticas e nostálgicas em relação ao período” (BAUER, 2022, p. 115), já que não há nem o reconhecimento da experiência como uma ditadura, mas como um regime mais eficiente na resolução de suas questões políticas, econômicas e sociais do que as atuais instituições democráticas.

Desse modo, por reabilitarem horizontes violentos e autoritários de outrora, como a possibilidade de novas intervenções militares, as narrativas veiculadas nos memes podem ser consideradas como antidemocráticas. Além disso, representam um uso político e abusivo do passado, posto que produzem de forma intencional o engano por meio da idealização e da falsificação da experiência passada com o intento de adquirir vantagens políticas tanto no presente quanto no futuro. Por isso que, além da disputa pela narrativa e pelos sentidos do passado ditatorial, o negacionismo da Ditadura Militar empreendido pela extrema direita também pode ser lido como uma estratégia de manipulação político-ideológica e como uma forma de disputa pela orientação temporal das pessoas em sua vida prática (GALLINDO, 2023, p. 93).

Diante do que foi discutido até o momento, ressaltamos como o avanço do negacionismo histórico tem se revelado um problema político que impõe a necessidade de enfrentamento coletivo. Nesse embate, então, qual deve ser o papel do Ensino de História? E mais além, qual o papel das esco-

las e das redes de ensino na construção de experiências e horizontes mais democráticos no Brasil?

NOTAS PARA UMA CONCLUSÃO: O BOLSONARISMO JÁ ESTÁ NAS ESCOLAS

Em plena luz do regime republicano, grupos conservadores e de extrema direita mobilizam o negacionismo da Ditadura Militar como forma de atacar o exercício da vida democrática atual. Nesse intento, tal abuso político do passado incita e legitima no presente o uso de práticas violentas e autoritárias de outrora, como a instalação de golpes militares e o emprego da violência em suas formas mais brutais, sobretudo contra a/o “outra/o”, aquela/e considerada/o como inimiga/o. Nesse lado a se combater estão a ciência e aquelas/es que a defendem de forma ética e amparada em preceitos verídicos e racionais, o que tem gerado uma série de ataques às universidades, às escolas e às/aos suas/seus trabalhadoras/es.

Nesse embate, no que cabe ao campo do Ensino de História, é possível contribuir no enfrentamento ao avanço do negacionismo por meio da continuidade de pesquisas que identifiquem, vigiem e circunscrevam os empreendimentos negacionistas, bem como através de estudos que relacionem e reconheçam os impactos dessas narrativas na formação da consciência histórica (RÜSEN, 2001) e no desenvolvimento da aprendizagem de jovens estudantes. Nesse contexto, certamente não pertence às/aos historiadoras/es o monopólio da produção de narrativas sobre o passado, mas a historiografia profissional pode contribuir para mediar e qualificar as diversas expressões históricas que circulam na sociedade por meio da crítica histórica, que pode “oferecer opções éticas melhores e mais justas” (PEREIRA, 2015, p. 895).

Na trilha desse movimento, o ensino ético e crítico da história da Ditadura Militar se impõe como uma ferramenta a ser desenvolvida nas escolas brasileiras. Nesse esforço, importantes reflexões teóricas e práticas metodológicas que qualificam o ensino da temática têm sido elaboradas por pesquisadoras/es docentes em todo o Brasil (CARVALHO, 2021; GASPAROTTO, BAUER, 2021). Entretanto, elementos relativos de ordem pedagógica e política dentro e fora da escola precisam ser analisados para que se possa efetivamente compreender e combater o negacionismo histórico. Dentre eles destacamos o

quadro geral de descaso com a educação pública brasileira, marcado “pelo reduzido investimento de recursos em educação, pelos fracos indicadores educacionais, pela precarização do trabalho docente e baixos salários dos profissionais da educação, pela falta de infraestrutura física das escolas” (CAIMI, 2024, p. 85).⁸

Ainda se destacam outros fatores nocivos nesse cenário, como a longa permanência de práticas persecutórias e antidemocráticas no cotidiano escolar que já existiam antes do negacionismo científico se tornar um discurso oficial no governo Bolsonaro, mas que foram agravadas com o avanço do bolsonarismo na institucionalidade estatal, inclusive por dentro das secretarias de educação e das gestões escolares. Com efeito, se avultaram na última década ataques sistemáticos às/aos docentes, que mesmo estando no exercício legal de suas funções profissionais foram e continuam sendo alvo de perseguições, censuras, intimidações e ameaças tanto em escolas quanto em universidades (CAIMI, 2024, p. 88). Infelizmente, projetos como as escolas cívico-militares tendem a ampliar esse cenário antidemocrático nas escolas. De fato, ainda que a/o docente consiga concretizar o ensino da Ditadura Militar em sua sala de aula, o impasse que se coloca é que a construção de cidadanias efetivamente participativas em defesa da democracia são postas em xeque quando as próprias escolas não são democráticas, nem para com suas/seus trabalhadoras/es e muito menos para com suas/seus estudantes.

Afirmamos que, ao ampliar o escopo de análise para o negacionismo como um “ecossistema”, concebemos que seu enfrentamento não passa somente pela proposição de soluções metodológicas a serem aplicadas em sala de aula. Esse esforço precisa abarcar reflexões difíceis sobre a escola real, aquela vivida diariamente pelas/os estudantes e pelas/os trabalhadoras/es da educação, que é repleta de disputas e estruturas autoritárias de poder que produzem há anos, mesmo que inconstitucionalmente, uma série de perseguições aos docentes por meio de assédio moral, censura, calúnias e sabotagens diversas. É também propor um olhar sobre como as escolas se relacionam com instituições como igrejas, polícias e demais poderes públicos e o seu grau de ingerência sobre a vida escolar.

Do ponto de vista dos docentes, o enfrentamento ao avanço do negacionismo no ambiente escolar deve considerar a existência de ideologias conservadoras e autoritárias nas estruturas de poder das instituições escolares, que,

não raro, impedem ou dificultam a implementação de metodologias de ensino mais democráticas e/ou até mesmo de conteúdos regulamentados por leis. É preciso entender que uma prática libertária e crítica não irá redimir um espaço escolar tomado de assalto pelas estruturas mais autoritárias e reacionárias da sociedade brasileira. E, parafraseando Freire, entendemos que se a sociedade não mudar, a escola tampouco poderá promover essa mudança.

REFERÊNCIAS

- AVILA, Arthur Lima de. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 41, n. 87, p. 161-184, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/cYtjsrRVpgcwbZh4c7C48FS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 mar. 2024.
- BAUER, Caroline Silveira. Enfrentando o silêncio das sociedades perfeitas: a história pública e o revisionismo da ditadura civil-militar brasileira. In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (Orgs.). *Que História Pública Queremos? What Public History Do We Want?*. 1ed. Rio de Janeiro: Letra e Voz, 2018, p. 194-203.
- BAUER, Caroline Silveira. Usos do passado da ditadura brasileira em manifestações públicas de Jair Bolsonaro. In: KLEM, Bruna S.; PEREIRA, Mateus; ARAÚJO, Valdeci Lopes de (Orgs.). *Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro*. 1 ed. Vitória: Mil Fontes, 2020, p. 173-193.
- BAUER, Caroline Silveira. Negacionismos históricos e os usos políticos do passado na contemporaneidade. In: BONETE, Wilian J.; DANTAS, Jhonatan dos Santos (Orgs.). *Transformações sociais no mundo contemporâneo: entre olhares e reflexões*. 1 ed. Ananindeua: Cabana, 2021, v. 1, p. 43-57.
- BAUER, Caroline Silveira. Ditadura. In: SZWAKO, José; RATTON, José Luiz (Orgs.). *Dicionário dos negacionismos no Brasil*. 1ed. Recife: CEPE, 2022, v. 1, p. 113-115.
- CAIMI, Flávia Eloisa. O professor que era esquecido, veja só... tornou-se inimigo: compromissos éticos da docência em história em tempos de erosão democrática. In: CERRI, Luis Fernando; ANDRADE, Juliana Alves (Orgs.). *Os presentes do ensino de História: (re)construção em novas bases*. Recife: Ed. Universitária UFRPE, 2023, p. 81-97.
- CARVALHO, Alessandra. O ensino da ditadura civil-militar no tempo presente pelo olhar dos professores mestres do ProfHistória. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 13, n. 33, p. e0103, 2021. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180313332021e0103>. Acesso em: 29 mar. 2024.

- CESARINO, Letícia. *O mundo do avesso: verdade e política na era digital*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues. Em momento de negacionismo, pesquisas resgatam meandros da tortura durante a ditadura. 07 jul. 2022. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2022/07/07/em-momento-de-negacionismo-pesquisas-resgatam-meandros-da-tortura-durante-a-ditadura/>. Acesso em: 29 mar. 2024.
- GALLINDO, Dora de Sá. *Revisar o passado e negar a história: o meme como uso político do passado pela extrema-direita*. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2023, 141 f. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/27035>. Acesso em: 29 mar. 2024.
- GASPAROTTO, Alessandra; BAUER, Caroline Silveira. O ensino de História e os usos do passado: a ditadura civil-militar em sala de aula. In: ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet (Orgs.). *Ensino de História e suas práticas de pesquisa*. 1ed. São Leopoldo: Oikos, 2021, p. 438-451.
- MENESES, Sônia. Os vendedores de verdades: o dizer verdadeiro e a sedução negacionista na cena pública como problema para o jornalismo e a história (2010-2020). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 41, n. 87, p. 61-87, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/868cZ9QBynvNmBW97MnNmfz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 mar. 2024.
- MELO, Demian Bezerra de. Revisão e revisionismo na historiografia contemporânea. In: MELO, Demian Bezerra de (Org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 17-49.
- MORAES, L. E. S. O Negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o Passado. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2011, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: [s. n.], 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312810501_ARQUIVO_ANPUH-2011-ARTIGO-Luis_Ed-mundo-Moraes.pdf. Acesso em: 29 mar. 2024.
- PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *Varia História*, v. 31, n. 57, p. 863-902, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/NcJrcx93VSTVnnQnHVGXLYf/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 29 mar. 2024.
- PERLATTO, Fernando; CALDEIRA NETO, Odilon. Negacionismos: a negação histórica do Holocausto e a ditadura brasileira de 1964. In: BRUCK, Mozahir Salomão; OLIVEIRA, Marisa Cardoso de; SANTOS, Marcus Vinicius dos (Orgs.). *Dossiê contra o negacionismo da ciência. A importância do conhecimento científico*. 1ed. Belo Horizonte: Editora PUC-Minas, 2022, p. 76-81.
- RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*. Brasília: Editora da UNB, 2001.

STEIN, Marcos Nestor. Considerações sobre a produção e a divulgação do conhecimento histórico em tempos de negacionismo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 41, n. 87, p. 7-10, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/vgPtqwjgCZS3BMFNsKxmCjz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 mar. 2024.

VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre de Sá. Negacionismo Histórico: entre a governamentalidade e a violação dos direitos fundamentais. *Revista Cult*, 2020. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/negacionismo-historico/> Acesso em: 29 mar. 2024.

VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre; BEVERNAGE, Berber. Apresentação. Negacionismo: história, historiografia e perspectivas de pesquisa. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 41, n. 87, p. 13-36, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/mKqXgYcGFLmDBCNWmVKJ4gd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 mar. 2024.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os assassinos da memória*. Campinas: Ed. Papyrus, 1988.

NOTAS

¹ Neste texto, corroboramos com o argumento apresentado pela historiadora Sônia Menezes (2021) sobre a movimentação de uma rede negacionista da Ditadura Militar no Brasil composta por diferentes grupos e sujeitos que reverberam o mesmo raciocínio negacionista em diversas linguagens e esferas sociais. Exemplos dessa cadeia foram analisados ao longo do artigo.

² Ao longo de 2018, redes sociais e portais de notícias no Brasil se tornaram arenas de embates acirrados sobre a definição ideológica do nazismo. Posteriormente, das redes virtuais o absurdo virou discurso oficial em Brasília através de pronunciamentos oficiais do governo, como em entrevistas concedidas pelo chanceler Ernesto Araújo ao canal da empresa Brasil Paralelo em 2019, bem como em manifestações do próprio presidente da República, à época o notório negacionista Jair Bolsonaro. Reportagens disponíveis, respectivamente, nos links <https://encurtador.com.br/evxF6> e <https://e0bc.short.gy/pvL02A>. Acesso em 14 mar. 2024.

³ Esse episódio está documentado na dissertação *Revisar o passado e negar a história: o meme como uso político do passado pela extrema-direita* (GALLINDO, 2023, p. 37). Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/27035>. Acesso em: 29 mar. 2024.

⁴ Segundo reportagem do site Congresso em Foco (2018), após a homenagem a Ustra em 2016 houve um crescimento repentino de vendas de camisetas e canecas estampando o rosto do torturador como um ícone *pop* em lojas virtuais especializadas em produtos com símbolos associados à direita política. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/>

projeto-bula/reportagem/fas-usam-imagem-de-torturador-para-promover-bolsonaro/. Acesso em: 31 mar. 2024.

⁵ A seção regional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ) considerou o discurso de Bolsonaro como apologia ao crime de ódio. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-abr-25/oab-rj-cassacao-mandato-bolsonaro-homenagem-ustra/>. Acesso em: 31 mar. 2024.

⁶ Reportagem da UOL disponível em <https://www.uol.com.br/splash/noticias/2022/04/05/o-que-miriam-leitao-disse-sobre-torturas-eduardo-bolsonaro.htm>. Acesso em: 31 mar. 2024.

⁷ Vídeo disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=678620372330590&extid=FJF7UAcY68vA9uyI>. Acesso em: 15 jul. 2021.

⁸ Esses fatores são responsáveis por produzirem escolas insalubres que afetam a qualidade do ensino e da aprendizagem sistemática das/os estudantes, bem como promovem sérios problemas de adoecimento para as/os docentes, que não raramente precisam lidar com a ausência de recursos básicos nas escolas, como energia elétrica e água, além de ventilação adequada nas salas de aula.



Artigo submetido em 04 de abril de 2024.
Aprovado em 13 de maio de 2024.